

A importância das barreiras metodológicas na investigação no contexto da inclusão das comunidades ciganas na Europa

Emília Martins^{1,2}
Rosina Fernandes^{1,3}

Resumo: A inclusão das comunidades ciganas tem sido alvo de intensificação das preocupações dos responsáveis políticos no quadro da União Europeia, desde o início do século XXI, com implicação de todos os estados membros na definição de estratégias nacionais para a inclusão, na base da corresponsabilização de entidades e organismos públicos e privados, de natureza governamental e não-governamental, bem como sociedade civil incluindo ciganos e não ciganos. Uma das bandeiras desta campanha é o respeito mútuo entre comunidade majoritária e minoritária, preconizando uma inclusão sem aculturação. Neste contexto, a investigação assume papel particular enquanto base de sustentação do conhecimento que conduz às decisões políticas e sociais. Barreiras metodológicas inerentes ao estudo de uma população com limites difíceis de identificar constituem-se como o desafio mais importante dos investigadores. Discutem-se aqui essas barreiras, bem como algumas formas de as ultrapassar, de modo a contribuir para o êxito da inclusão pretendida destas comunidades.

Palavras-chave: população cigana, barreiras metodológicas, inclusão.

Abstract: The inclusion of Roma communities has increasingly concerned policymakers within the European Union since the beginning of the XXI century, with involvement of all member states in developing national strategies for inclusion, on the basis of co responsibility of agencies and entities, of public and private organizations, of governmental and non-governmental nature, as well as civil society including Roma and non-Roma. The most important flag of this campaign is mutual respect between majority and minority

¹ Escola Superior de Educação e CI&DETS – Instituto Politécnico de Viseu –
²emiliamartins@esev.ipv.pt ³rosina@esev.ipv.pt

communities, advocating inclusion without acculturation. In this context, research has a particular role as a support base of knowledge that leads to political and social decisions. The greatest challenge for the researchers is to identify the methodological barriers for the study of a population whose limits are difficult to identify. We discuss here these barriers, as well as some ways to overcome them in order to contribute to the success of the proposed inclusion of these communities.

Keywords: Roma, methodological barriers, inclusion.

Introdução

A existência de dados estatísticos comparáveis sobre pessoas ciganas é um pré-requisito à implementação de estratégias de inclusão e políticas setoriais eficazes no âmbito da intervenção preconizada pelos países da União Europeia, no que se refere à sua inclusão social (McGarry & Tremlett, 2013; Messing, 2014). O reconhecimento de uma comunidade com um longo passado na história da humanidade e que se encontra frequentemente em situações de vulnerabilidade social, que exigem atuação urgente mas devida e rigorosamente fundamentada, desencadeou um movimento europeu oficialmente traduzido na *Decade of Roma Inclusion 2005–2015* (ISC, 2005). Trata-se de um compromisso político dos governos europeus para eliminar a discriminação contra os ciganos, que elegeu como áreas prioritárias a educação, emprego, saúde e habitação, para além de outras questões fundamentais como a pobreza, discriminação e integração de género. Não obstante ser uma iniciativa governamental, deve implicar organizações intergovernamentais, não-governamentais, bem como a comunidade cigana e ter como elementos operacionais planos de ação nacionais, coordenação política, partilha de experiências, avaliação e demonstração de progresso, participação da comunidade cigana, fornecimento de informações e apoio especializado. Os doze países participantes em 2005 (Albânia, Bósnia Herzegovina, Bulgária, Croácia, República Checa, Hungria, Macedónia, Montenegro, Romênia, Sérvia, Eslováquia e Espanha) têm como observadores a Eslovênia, Estados Unidos, Noruega e Moldávia. Mais tarde, em 2011, partindo das experiências dos Estados-Membros, incluindo a participação na *Roma Decade*, a Comissão apela ao alinhamento das estratégias nacionais de integração dos ciganos por aquela abordagem, à definição de estratégias pelos Estados que ainda as não possuem e à extensão do período de ação até 2020. Surge, assim, o *Quadro Europeu para as Estratégias Nacionais para a Integração dos Ciganos até 2020*, emanado da Comissão Europeia e adotado em abril 2011 (COM(2011) 173 final O.J.L. 76/68, 22.3.2011), que se

constitui como mais um passo estruturante na sensibilização e mobilização dos Estados-membros para a situação de vulnerabilidade das comunidades ciganas na União Europeia (EU) e para os meios e formas de a ultrapassar. Com efeito, as situações de exclusão a que os ciganos foram sujeitos desde a sua origem no século III não são compatíveis com os valores sociais e com o modelo económico europeu, com prejuízo para a coesão social e desenvolvimento humano sustentável, dificultando a competitividade e acarretando custos para a sociedade como um todo (European Union Agency for Fundamental Rights [FRA] & United Nations Development Programme [UNDP], 2012). As ações a desenvolver neste âmbito devem ser tomadas num quadro concetual e programático mais amplo que integra o respeito, proteção e salvaguarda dos direitos fundamentais e das oportunidades de desenvolvimento, envolvendo instituições e organismos da UE, bem como organizações internacionais e da sociedade civil. No caso português, a *Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas 2013-2020*, elaborada pelo Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural (ACIDI), sob coordenação do Gabinete do Secretário de Estado Adjunto do Ministro Adjunto e dos Assuntos Parlamentares (Resolução do Conselho de Ministros n.º 25/2013), parte do pressuposto do respeito mútuo, quer pelas tradições e valores das comunidades ciganas, quer pelos princípios e deveres essenciais do Estado de Direito. Em termos de intervenção, é dado enfoque a uma perspetiva transversal e de corresponsabilização da administração central e local, integrando o envolvimento efetivo das instituições privadas de solidariedade social, cujo papel foi considerado insubstituível, bem como promovendo a participação ativa da comunidade cigana, através dos seus representantes. Na ausência de dados oficiais e dando relevo ao diagnóstico, já em 2011, aquele gabinete ministerial desenvolveu um inquérito por questionário, junto de todas as Câmaras Municipais de Portugal continental e ilhas, com vista a obter dados estatísticos sobre número de famílias ciganas e a sua situação nas áreas da habitação, educação, saúde e emprego. Porém, os resultados obtidos ficaram aquém das expectativas, pois apenas alguns municípios disponibilizaram dados na plataforma criada para o efeito (ACIDI, 2013).

Não obstante as respostas legislativas e sociais cuja cobertura alcança todo e qualquer indivíduo vulnerável, há razões acrescidas para considerar algumas medidas excecionais dirigidas à população cigana. Com efeito, os ciganos estão em Portugal há meio século, mas frequentemente condenados ao ostracismo ditado por atitudes segregadoras e de desconfiança da população maioritária (não cigana), que conduziu a movimentos de auto e hétero exclusão, como aliás acontece em todos os contextos com implantação desta comunidade (Csepeli & Simon, 2004; Greenfields & Smith, 2010; McGarry, 2014). Basta

relembrar que foram necessários três séculos para que a Constituição Portuguesa (1822) lhes reconhecesse a cidadania. Ainda que porventura de origem defensiva, são os próprios ciganos que se isolam no casulo cultural que diverge profundamente do das restantes comunidades, conferindo-lhes um estatuto particular de marginalização, que gera condições de pobreza e vulnerabilidade económica, social e cultural resultantes do acesso limitado a sistemas sociais básicos, essenciais a qualquer processo de inclusão (educação, emprego, habitação, saúde, proteção social etc.). São, assim, necessárias intervenções de mediação intercultural, como pilares estruturantes para qualquer mudança pretendida no rumo dos acontecimentos. Porém, numa relação de manifesta desigualdade, quer numérica, quer de dominância, aumentam as responsabilidades da comunidade maioritária (não cigana). Temos consciência do fracasso antecipado de qualquer estratégia ou medida que ouse condicionar a inclusão à assunção de regras e padrões da comunidade dita integradora. Nesse sentido, o diálogo intercultural almejado obriga-se a um conhecimento profundo da cultura minoritária e suas condições de vida, incluindo especificidades nacionais e locais, condição *sine que non* para definir políticas, equacionar e monitorizar intervenções (FRA & UNDP, 2012; McGarry, 2014; Open Society Institute [OSI], 2010). Novas dinâmicas entre ciganos e não-ciganos, que têm vindo a contribuir para a criação de laços de respeito e aceitação mútuos, assentam num melhor conhecimento da sua história e cultura. Simultaneamente, sabe-se que esta evolução tem sido pautada por avanços e recuos que importa desvendar e ultrapassar (ACIDI, 2013).

Neste contexto, a investigação e os investigadores assumem particular importância e, simultaneamente, responsabilidade, na medida em que lhes compete traçar um quadro fidedigno desta realidade particular. Comparativamente a pesquisas efetuadas com outros descritores, os termos *cigano* ou *Roma* aparecem associados a um número reduzido de trabalhos nas principais bases. Porém, nos últimos anos, assistimos ao aumento do interesse da comunidade científica, em termos de compreensão da cultura, hábitos e qualidade de vida, acesso à saúde, educação, emprego, diferenças de género e variáveis psicossociológicas como sejam o suporte social, o bem-estar e a identidade, sobretudo nos países da EU com maior implantação da comunidade cigana, onde se incluem Roménia (Preoteasa, 2013; Rughinis, 2010), Bulgária (Kuhlbrandt, Footman, Rechel, & Mckee, 2014), Espanha (Teira et al., 2010), Hungria (Krizsan, 2012) e Eslováquia (Kolarcik, Geckova, Reijneveld, & van Dijk, 2012). Igualmente em Portugal começam a intensificar-se os estudos e publicações nesta matéria, onde se incluem dissertações de doutoramento (Magano, 2010; Mendes, 2007; Sousa, 2010). Recentemente, foi publicado o *Estudo nacional sobre as comunidades ciganas*

(Mendes, Magano & Candeias, 2014), cumprindo uma meta prioritária definida na Estratégia Nacional, de modo a permitir uma visão de conjunto considerada fundamental. Com efeito, diversos países europeus (membros e não membros da EU) têm vindo a realizar esforços no sentido de construir uma base estatística fiável, que permita a comparabilidade e sirva de suporte a políticas de inclusão proficuas. Porém, algumas limitações com impacto significativo nos resultados obtidos devem-se a aspetos relacionados com a definição da população-alvo, processos de amostragem e dificuldades de construção de indicadores comparáveis (Messing, 2014).

O presente trabalho tem como principal objetivo abordar aquelas dificuldades metodológicas, tendo por base alguns estudos europeus à escala nacional, desenvolvidos em países com elevada representatividade da comunidade cigana, onde se inclui o estudo português já referido. Pretende-se que a reflexão efetuada sirva de suporte ao colmatar de limitações existentes, potenciando a homogeneização necessária para o entendimento entre comunidade científica e responsáveis sociais e políticos, enquanto base de sustentação de conjugação de esforços. Não obstante, realçamos a imprescindibilidade de respeitar especificidades nacionais, regionais e locais, que potenciam o ajustamento de respostas. Em última instância, importa uma linguagem comum como base para o entendimento, mas procedimentos diferenciados geradores de oportunidades idênticas.

Importância dos dados

Um estudo da responsabilidade da *Open Society Foundations* revela um panorama pouco animador relativamente aos dados disponíveis volvida metade do período temporal da *Roma Decade*. Destaca-se a constatação de que os censos continuam a ser os principais instrumentos para recolher dados desagregados sobre a população cigana, resultando em valores oficiais subestimados e num fosso enorme entre dados oficiais e não oficiais. Acresce a ausência de informação em muitos dos doze países que integram a *Decade* (Figura 1) sobre as áreas prioritárias definidas e os dados existentes reportam-se, sobretudo, a pesquisas independentes, frequentemente não representativas da população (OSI, 2010). Reconhecendo-se a importância de contributos resultantes de estudos e iniciativas independentes, facilmente admitimos as limitações que acarretam para a definição de políticas e iniciativas integradoras. Parece, pois, existirem algumas fragilidades no que respeita à avaliação e demonstração de progresso, enquanto elemento operacional da *Decade*.

Country	Year	Population			Primary education completion rate		Unemployment rate		Infant mortality rate		Number of "Roma settlements," settlements with social & cultural conditions, etc.	Discontinuation cases brought to equality body	
		Total	Roma, official	Roma, estimated	General	Among Roma	General	Among Roma	General	Among Roma		Total	Among Roma
Albania	2005	3,342,055	No data	80,000-150,000	Insufficient data	30%	Insufficient data	30%	16 per 1000	No data	No data	2300	No data
	Most recent	3,379,048	31,786	10,000-110,000	Insufficient data	No newer data	10.8%	No newer data	19 per 1000	No data	No data	2860	210
Bosnia & Herzegovina	2005	3,781,274	9,864	40,000-60,000	Insufficient data	No data	35.3%	No data	Insufficient data	No data	100 settlements	No data	No data
	Most recent	3,842,956	No newer data	75,000	Insufficient data	No data	24.0%	No data	19 per 1000	No data	No newer data	No data	No data
Bulgaria	2005	2,718,750	370,000	No data	Insufficient data	28.3%	10.0%	34.5%	10.4 per 1000	25 per 1000	88 settlements	194	No data
	Most recent	7,605,559	No newer data	63,160-81,319	Insufficient data	31.6%	6.7%	59.7%	8.6 per 1000	25 per 1000	888 settlements	1,015	No data
Croatia	2005	4,442,000	9,403	10,000-40,000	95%	No data	12.7%	80.2%	5.7 per 1000	25.1 per 1000	19 settlements	No data	No data
	Most recent	4,434,000	No newer data	No newer data	10.0%	No data	6.7%	Insufficient data	4.5 per 1000	11.5 per 1000	No newer data	No data	No data
Czech Republic	2005	10,39,079	13444	175,778	100%	No data	7.6%	59.3%	3.4 per 1000	No data	310 settlements	No data	No data
	Most recent	10,501,200	No newer data	188,000	93.2%	No data	9.2%	61.9%	2.7 per 1000	No data	No newer data	39	No data
Hungary	2005	10,090,310	2,05,700	110,000-150,000	95%	76.5%	7.3%	71.5%	6.2 per 1000	No data	16,000 people	491	40
	Most recent	10,090,993	No newer data	No newer data	96.7%	No newer data	7.6%	No newer data	5.6 per 1000	No data	300-130 settlements	368	54
Macedonia	2005	1,607,937	53,879	15,490	9.8%	50.8%	Insufficient data	5.6%	12.8 per 1000	Insufficient data	No data	No data	No data
	Most recent	2,053,799	No newer data	No newer data	90%	No data	39.8%	7.9%	10.2 per 1000	Insufficient data	No data	No data	No data
Montenegro	2005	620,146	26,01	20,000	91.1%	9.2%	23.8%	41.9%	9.5 per 1000	No data	No data	No data	No data
	Most recent	607,000	9,694	No newer data	No newer data	20%	11.5%	No data	7.6 per 1000	No data	No data	No data	No data
Romania	2005	21,603,449	135,140	1,500,000	No data	39.78%	5.0%	28.6%	15 per 1000	Insufficient data	No data	No data	5 to 10
	Most recent	21,493,616	No newer data	No newer data	No data	19.75%	8.1%	No data	11 per 1000	No data	No data	No data	5 to 10
Serbia	2005	7,44,0769	108,993	No data	95%	22.7%	21.8%	39.5%	8 per 1000	25 per 1000	593	No data	No data
	Most recent	7,334,895	No newer data	210,000-300,000	99.46%	No data	17.4%	No newer data	6.2 per 1000	No newer data	No data	No data	No data
Slovakia	2005	5,393,180	93,770	100,000-180,000	9.4%	No data	16.2%	34.9%	7.2 per 1000	No data	787	277	16
	Most recent	5,412,254	104,094	No newer data	No newer data	No data	9.6%	No newer data	5.85 per 1000	No data	No newer data	1571	15
Spain	2005	46,034,093	No data	60,000-700,000	10.8%	No data	9.2%	No data	4.40 per 1000	Insufficient data	No data	No data	No data
	Most recent	46,808,772	No data	650,000	No newer data	No data	11.4%	No data	4.21 per 1000	No data	65,000-78,000 people*	No data	No data

Figura 1. Dados disponíveis em 2010 relativamente à *Decade of Roma Inclusion 2005-2015*. Fonte: “No data – no progress: Data collection in countries”, de Open Society Foundation, 2010, New-York: OSI, p. 40.

O *Quadro Europeu para as Estratégias Nacionais para a Integração dos Ciganos até 2020* surge na sequência da implementação da *Decade* e pretende não só dar continuidade ao processo em curso, mas incrementá-lo, admitindo, de certo modo, resultados aquém das expectativas.

Com efeito, acresce ao reforçar princípios orientadores da ação, a preocupação com a avaliação (acompanhamento e monitorização) como elemento fundamental de gestão do processo: “Include strong monitoring methods to evaluate the impact of Roma integration actions and a review mechanism for the adaptation of the strategy” (Com(2011) 173 final O.J.L. 76/68, 22.3.2011, p. 8). A última avaliação do *Quadro Europeu* é reveladora de alguns esforços nas principais áreas (saúde, educação, habitação, emprego, discriminação e financiamento), mas simultaneamente indicadora do muito que ainda falta fazer (EC, 2014).

Em 2003, no âmbito do *United Nations Development Programme* (UNDP) foi realizado o primeiro trabalho estatístico de fundo, com um número significativo de ciganos na UE, compilando dados sobre iliteracia, mortalidade infantil e malnutrição. A partir daí vários têm sido os trabalhos desenvolvidos pelo UNDP, sobre a situação económica e social destas minorias, com o último ainda em fase de desenvolvimento, tendo sido disponibilizados *online* aspetos referentes à metodologia de estudo, enquanto se aguardam resultados. Igualmente, a *European Union Agency for Fundamental Rights* (FRA, 2009) iniciou o seu trabalho no estudo da população cigana em 2003, cujos relatórios se encontram disponíveis também *online*, sendo o contributo mais importante o que resulta do relatório do *European Union Minorities and Discrimination Survey: The Roma*, baseado num inquérito com 23500 sujeitos (amostragem aleatória) pertencentes aos 27 Estados-membros da EU, incluindo 3500 ciganos. Este estudo foi pioneiro em termos de disponibilização de dados comparáveis a nível da EU, entre ciganos e não ciganos, sobre a proteção dos direitos fundamentais e o impacto real das políticas sociais (emprego, habitação, saúde, serviços sociais e educação).

Os esforços europeus no sentido de criar condições para incrementar o estudo das condições de inclusão da população cigana reforçaram-se com a disponibilização de verbas específicas, pela Comissão Europeia, através da Direção-Geral da Política Regional, quer para o *Pilot project "Pan-European Coordination of Roma Integration Methods" - Roma inclusion* (Comissão-Europeia, 2009), quer para assistência técnica a um inquérito sobre ciganos marginalizados, com base na competência técnica do UNDP e do Banco Mundial. O primeiro

projeto comporta quatro domínios de intervenção: educação e cuidados infantis, micro crédito e auto emprego, informação e sensibilização, bem como ferramentas e métodos para a avaliação e recolha de dados como base para uma política baseada em evidências. A simultaneidade da pesquisa semelhante que o FRA desenvolveu conduziu à conjugação de esforços num trabalho de colaboração entre todas as instituições (FRA & UNDP, 2012).

Contributo e limitações da investigação

Os esforços desenvolvidos pelos organismos oficiais sustentados em imperativos de natureza política, económica e social, não substituem o papel capital da comunidade científica no estudo da comunidade cigana. No entanto, são diversas as dificuldades encontradas pelos investigadores neste âmbito. Messing (2014) elenca os principais dilemas metodológicos que devem ser refletidos pela comunidade científica no estudo desta população. Mais do que compreendê-los, será sobretudo crucial apontar estratégias que permitam ultrapassar os desafios que se colocam à investigação sobre esta minoria.

A primeira dificuldade, consensualmente reconhecida por diversos investigadores nesta área, refere-se à própria identificação dos elementos que se incluem na designação de “pessoas ciganas” (Krizsan, 2012; Messing, 2014; Simon, 2007). Emergem ainda, frequentemente, dilemas relacionados com o processo de amostragem de uma população cuja identidade se vê constantemente ameaçada (Ivanov, 2012; Kertesi & Keízdi, 1998; Messing, 2014). Finalmente, salientam-se os obstáculos na construção de indicadores comparáveis, que geralmente conduzem a resultados divergentes nos diversos estudos sobre a dimensão e dispersão geográfica da população, bem como relativamente a outros índices associados à educação, saúde, habitação, entre outras dimensões. Estas discrepâncias decorrem igualmente da diversidade de metodologias que são adotadas nos diferentes estudos sobre estas comunidades.

As dificuldades referidas são sentidas em países com maior representação de pessoas ciganas (por exemplo, a Roménia) e, duma forma geral, nos diferentes países europeus onde se encontram estas comunidades, incluindo Portugal. Procurar-se-á nos parágrafos que se seguem explorar aqueles três obstáculos, assumindo como foco a realidade portuguesa, mas conscientes de podermos encontrar outros países europeus com comunidades ciganas, cujos estudos enfrentam as mesmas limitações, independentemente dos aspetos idiossincráticos de cada realidade.

Relativamente ao primeiro desafio enunciado, Rughinis (2010) salienta que os estudos vão adotando diferentes critérios neste âmbito, que resultam, com frequência, em discrepâncias na contagem dos sujeitos e noutros parâmetros em análise, nomeadamente o recurso à identificação dos participantes por processos de: a) auto afiliação étnica (sentimento privado de pertença a uma etnia por parte do sujeito que não pode ser diretamente observado); b) autoidentificação (resposta que o sujeito dá quanto à sua identidade étnica nos estudos); e, por fim, c) hétero-atribuição étnica (etnicidade atribuída a um indivíduo por um observador).

A estratégia adotada no estudo nacional português (Mendes, Magano, & Candeias, 2014) implicou a consideração destes três critérios. No nosso país, a grande maioria de pessoas ciganas reconhece-se facilmente nesta designação, partilhando traços culturais em que se reveem (Magano, 2010; Marques, 2013; Mendes, 2007; Mendes et al., 2014). Não obstante a heterogeneidade natural que caracteriza qualquer grupo de indivíduos, parece haver em Portugal um conjunto de valores e normas culturais transversais que são facilmente aceites pelas pessoas ciganas, como elementos de auto afiliação e autoidentificação e, por outro lado, de distinção relativamente à comunidade não cigana que, aliás, apresenta a forma mais evidenciada de racismo relativamente a esta coletividade quando se compara com a discriminação existente em relação a outras minorias (Marques, 2013; Mendes, 2007; Mendes et al., 2014). A inclusão de participantes não ciganos no estudo português implicou o recurso também à hétero-atribuição étnica, procurando congregar diferentes critérios, a fim de se obter um retrato mais fiel da realidade.

Atendendo a que não existem dados exatos quanto ao número de pessoas ciganas (e respetivas características) que residem no nosso país, até porque os mecanismos censitários não o permitem em Portugal, tendo em conta as questões éticas envolvidas e os dispositivos legais existentes neste âmbito (Mendes et al., 2014), como se poderá aceder a esta população? Que processos de amostragem serão viáveis? A seleção de uma amostra de pessoas ciganas depende do critério de escolha do investigador, visto que parece não haver qualquer consenso na comunidade científica acerca da melhor estratégia (Rughinis, 2010). Este autor, no seu trabalho sobre as dificuldades de investigação com pessoas ciganas na Roménia, salienta que se podem utilizar dois processos de amostragem: a) a procura de pessoas ciganas especificamente seleccionadas em função de critérios decididos para um determinado estudo, ou b) o recurso a

subamostras de estudos nacionais com bases de dados amplos sobre estes cidadãos¹. Estas amostras de âmbito nacional não incluem toda a população cigana, na medida em que continuam a depender dos processos de autoidentificação.

Ainda assim, uma das técnicas recomendadas na literatura para aceder a populações cujos membros são raros, escondidos ou difíceis de alcançar, acarretando elevados níveis de incerteza das estimativas e dificultando inferências da amostra para a população oculta como um todo, refere-se à *adaptive cluster sampling* (Dryver, Netharn, & Smith, 2012; Thompson, 1997, 2002). Na amostragem adaptativa, o procedimento para selecionar participantes depende de variáveis de interesse observado durante o estudo. Por exemplo, quando a autoidentificação como cigano é encontrada entre os membros da amostra, o esforço de amostragem pode ser aumentado em áreas de proximidade (Figura 2).

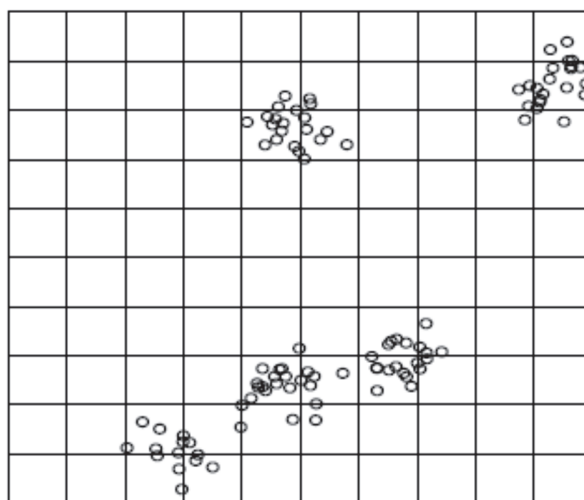


Figura 2. Exemplo de *adaptive cluster sampling*. Fonte: “Sampling: Second Edition”, de S. Thompson, 2002, New York: JohnWiley & Sons, Inc, p. 160.

Seleciona-se uma amostra inicial, de modo aleatório ou sistemático, incluindo unidades que contemplam o critério de inclusão estabelecido *a priori*, procurando-se, de seguida, novas unidades na vizinhança, para incluir. No caso concreto do estudo português que temos vindo a analisar, inicialmente procurou-se obter informação junto dos municípios e outras fontes no âmbito das instituições sociais, que permitiu selecionar aleatoriamente zonas territoriais com

¹ Na Roménia, os Censos incluem a identificação étnica.

indivíduos a inquirir, incidindo a recolha aprofundada de informação em áreas com maior representação do grupo alvo.

Os métodos *snowball* ou *network*, salientados também na literatura (Thompson, 1997, 2002), constituem-se, tal como a *adaptive cluster sampling*, como variantes dos *graph sampling methods*. Relativamente ao primeiro, o ponto de partida são membros da população alvo que devem reconhecer outros membros que lhe pertencem. Ou seja, a amostragem *snowball* serve-se das ligações entre os membros da população para conseguir, partindo de alguns indivíduos, alcançar outros. Cada indivíduo indica outros e assim sucessivamente (com ou sem número pré determinado), formando-se uma “bola de neve”. No entanto, este processo inclui a limitação inerente à seleção dos “mais conhecidos”, pelo que se caracteriza por um método não probabilístico. O método *network* tem a particularidade de permitir incluir na amostra apenas elementos da rede de contactos do indivíduo que indica, sendo obrigatório o conhecimento/indicação mútuos, de tal modo que apenas serão incluídos na amostra sujeitos que reciprocamente se tenham referenciado (Thompson, 1997, 2002), ou seja, os “conhecidos”.

Os métodos gráficos podem utilizar-se individualmente ou conjugados, consoante a natureza e objetivos do investigador. Enquanto o *adaptive cluster sampling* se configura como um método mais adequado para estudos de natureza quantitativa, onde se pretendem estabelecer inferências, encontrando características comuns, os outros dois métodos adequam-se mais a estudos de caso, ainda que permitindo crivos de natureza diferente (mais alargado no *snowball* e mais fino no *network*). Imaginemos um estudo de âmbito nacional em que se recorria ao *adaptive cluster* para perceber aspetos inerentes à comunidade cigana portuguesa. No entanto, há especificidades regionais e locais que beneficiariam com um estudo de caso, aprofundando os achados anteriores. Na eventualidade de pretendermos aceder ao que caracteriza uma região do país, podemos recorrer à *snowball*, estudando todos os indivíduos indicados naquela região. No entanto, ficamos a conhecer em profundidade um grupo que pode ou não manter relações de proximidade inerentes a práticas, hábitos, costumes, atitudes, etc.. Neste caso, tínhamos conveniência em as identificar a partir de um método que nos permitisse abordar sujeitos com relações de reciprocidade (*network*).

Finalmente, salienta-se a terceira dificuldade de natureza metodológica que facilmente se evidencia se tentarmos efetuar o cruzamento de informação proveniente de diferentes estudos sobre a mesma realidade relativos ao mesmo momento temporal, mas assumindo indicadores

que, por vezes, dificilmente encontram correspondência clara. Neste sentido, se adotarmos um procedimento semelhante ao utilizado por Rughinis (2010), replicando o cruzamento de dados sobre desemprego em pessoas ciganas, com inclusão de outras dimensões e consultando igualmente os dois estudos de relevo realizados recentemente abrangendo diferentes países da União Europeia com comunidades ciganas, as dificuldades evidenciam-se de forma clara.

Um dos estudos é o *FRA Roma Pilot Survey* que nos apresenta dados sobre pessoas ciganas residentes em diferentes países europeus: Grécia, Portugal, Itália, Espanha, Roménia, Bulgária, França, Eslováquia, Polónia, Hungria e República Checa. Por sua vez, o *Regional Roma Survey* do Programa de Desenvolvimento para as Nações Unidas, Banco Mundial e Comissão Europeia também incluiu cinco destes países (Roménia, Bulgária, Hungria, República Checa e Eslováquia), para além de outros não explorados no primeiro estudo (6 países dos Balcãs Ocidentais - Croácia, Bósnia Herzegovina, Sérvia, Macedónia, Montenegro e Albânia - e a República da Moldávia). Ambos os trabalhos foram realizados em 2011 (FRA & UNDP, 2012). O recente estudo nacional português sobre comunidades ciganas, publicado por Mendes, Magano e Candeias (2014), apresenta os resultados decorrentes da investigação realizada de janeiro a agosto de 2014. Os autores recorreram a uma diversidade de estratégias no âmbito da recolha de dados, de forma a colmatar as dificuldades geralmente sentidas neste tipo de estudos: entrevista, análise documental, questionário (eletrónico e em formato tradicional), análise SWOT e abordagem Delphi. Procuraram também cruzar diferentes fontes de informação, incluindo pessoas ciganas e não ciganas. Ainda assim, as limitações de natureza metodológica fizeram-se sentir.

Não obstante a diversidade de indicadores disponíveis, procurámos selecionar no âmbito de diferentes áreas/setores (educação, emprego, habitação, saúde, condições de vida e discriminação) os que permitiam maior potencial de correspondência entre os três trabalhos (Tabela 1).

No que respeita à dimensão educação, facilmente identificamos a não correspondência entre indicadores utilizados nos três estudos. Enquanto o FRA se centra no abandono escolar, no UNDP o foco inverte-se e os dados que encontramos referem-se à frequência da escola. Igualmente, as faixas etárias definidas não coincidem (antes dos 16 anos vs. até aos 15 anos). No estudo português, tal como no FRA, encontramos dados sobre o abandono, porém o critério

Tabela 1. Resultados em estudos sobre pessoas ciganas em função de indicadores comparáveis.

	FRA	UNDP	Estudo Nacional Português
	Educação		
	Abandono escolar antes dos 16 anos (%)	Frequência da escola até 15 anos (%)	Taxa de abandono antes da escolaridade obrigatória (%)
Roménia	52	78	
Bulgária	67	82	
Hungria	53	94	sem dados
República Checa	52	93	
Eslováquia	58	82	
Portugal	58	sem dados	15
	Emprego		
	Trabalho remunerado a tempo inteiro (%)	Taxa de emprego (15-64 anos) (%)	Ativos com profissão ou trabalho (%)
Roménia	9	30	
Bulgária	17	34	
Hungria	24	23	sem dados
República Checa	27	31	
Eslováquia	17	15	
Portugal	6	sem dados	11
	Habitação		
	Até uma pessoa por quarto (%)	Quartos por pessoa	Elementos por agregado/habitação com 4 divisões (%)
Roménia	3	0,64	
Bulgária	8	0,90	
Hungria	2	0,68	sem dados
República Checa	3	0,67	
Eslováquia	5	0,63	
Portugal	5	sem dados	3 pessoas/25%
	Saúde		
	Seguro/assistência de saúde (%)	Acesso a seguro de saúde (%)	Todos o agregado com médico de família (%)
Roménia	53	52	
Bulgária	42	48	
Hungria	97	94	sem dados
República Checa	91	93	
Eslováquia	92	94	
Portugal	98	sem dados	92
	Condições de Vida		
	Risco de pobreza (%)	Taxa absoluta de pobreza (%)	Beneficiários de apoios e prestações sociais
Roménia	78	54	
Bulgária	87	33	
Hungria	81	2	sem dados
República Checa	80	2	
Eslováquia	91	8	
Portugal	97	sem dados	83
	Discriminação		
	Sentiu-se discriminado (%)	Não foi encontrado indicador	Sentiu-se discriminado
Roménia	29		
Bulgária	30		
Hungria	45	sem dados	sem dados
República Checa	62		
Eslováquia	34		
Portugal	51		60

utilizado é a escolaridade obrigatória e não a idade. Neste sentido, as percentagens encontradas, necessariamente se diferenciam.

Os indicadores relativos ao emprego aproximam-se mas não coincidem, na medida em que no FRA há a referência ao trabalho remunerado e a tempo integral, mas no UNDP e no estudo português a taxa de emprego não específica se também estão incluídas outras formas de trabalho (*part time*, por exemplo). Com efeito, alguma similitude de resultados entre Hungria, República Checa e Eslováquia, não assenta em bases de comparações seguras.

Se observarmos os dados sobre o setor da habitação, a própria medição dos indicadores é efetuada de forma distinta: no FRA analisa-se a percentagem de indivíduos que reside em habitações com infraestruturas que permitem até uma pessoa por quarto; no UNDP recorre-se ao rácio quartos por pessoa; e, no estudo português, foi necessário atendermos a dois indicadores neste âmbito (número médio de elementos por agregado familiar e percentagem de participantes que reside em habitação com quatro divisões). Estas discrepâncias impedem a comparação direta dos dados, permitindo-nos exclusivamente ficar com uma imagem mais sustentada da realidade recorrendo a diferentes fontes.

A dimensão condições de vida foi mais uma das que se revelou praticamente incomparável, na medida em que explorar risco de pobreza (FRA) ou pobreza absoluta (UNDP) é, evidentemente, diferente. Por sua vez, no estudo português, os dados tiveram de ser consultados ao nível das prestações sociais concebidas para apoiar pessoas em risco ou situação efetiva de pobreza, resultando mais uma vez em percentagens distintas, como seria expectável.

A análise incidente na dimensão relativa à discriminação sentida pelas pessoas ciganas apresenta uma dificuldade adicional à tarefa que assumimos, na medida em que há indicadores não medidos nos diferentes estudos, apesar de poderem ser considerados relevantes para a definição de linhas estratégicas de intervenção, neste caso de âmbito social. Assim, o sentir-se discriminado é explorado apenas no trabalho português e no FRA.

Os indicadores selecionados no âmbito da saúde apresentam-se como uma exceção no contexto desta análise, uma vez que nos permitiram encontrar dados muito semelhantes para cada país nos diferentes estudos, dada a correspondência no significado que lhes está subjacente (seguro/assistência de saúde, no FRA e acesso a seguro de saúde, no UNDP). No caso português, esta dimensão referiu-se à assistência específica no que concerne ao médico de família, mas que traduzirá a designação mais global utilizada nos estudos europeus relativa ao seguro/assistência

de saúde. Esta coincidência evidencia-se em dados mais aproximados em todos os países (diferenças percentuais entre 1 e 6 %).

O futuro da investigação

Há ainda um longo caminho a percorrer na definição de estratégias metodológicas consensualmente aceites que potenciem o avanço na investigação sobre a minoria cigana. Têm sido apontadas, na literatura, possíveis estratégias para ultrapassar as dificuldades elencadas, assim como outras assumidamente não exploradas neste trabalho. Destacamos o constructo de *super-diversity* proposto por Vertovec (2007), que implica assumir uma perspetiva multicultural para além da etnicidade, atendendo a que todos os indivíduos podem ser caracterizados tendo em conta variáveis adicionais à etnia, como o género, idade, país de origem, experiências de trabalho, restrições de direitos, padrões de distribuição geográfica, experiências de vida, entre outras características. Neste sentido, defende-se que os estudos focados apenas na etnicidade acabam por gerar respostas muitas vezes inadequadas às necessidades de cada indivíduo no seio de uma comunidade, podendo dificultar as dinâmicas de inclusão (Tremlett, 2014).

Quanto ao processo de amostragem, poderá beneficiar de estruturas de atualização constante dos dados sobre diferentes grupos da sociedade. No estudo português, por exemplo, é sugerida a necessidade de continuidade e disseminação de resultados através da criação de um observatório (Mendes et al., 2014), o que recentemente aconteceu (janeiro de 2015).

Ficou patente neste trabalho a dificuldade no que se refere à utilização de indicadores semelhantes que permitam a comparação de dados, pelo que a definição de consensos entre investigadores neste âmbito deverá ser uma das metas da atuação de estruturas com responsabilidade na definição de estratégias de atuação, por exemplo, a nível europeu. A divulgação de diretrizes a adotar na investigação de comunidades ciganas poder-se-á revelar útil.

Sabendo que é difícil capturar a diversidade no estudo de indivíduos e comunidades, afigura-se ainda fundamental a proposta de McGarry (2014) para começar e incluir a “voz das pessoas ciganas” na definição das estratégias de investigação, não como meros objetos de estudo, mas como parte integrante dos projetos, participantes ativos na concretização da investigação.

Conclusões

Em termos teóricos, o Quadro Europeu para as Estratégias Nacionais para a Integração dos Ciganos até 2020 (COM(2011) 173 final O.J. L 76/68, 22.3.2011), inspirado na *Decade of Roma Inclusion 2005–2015*, foi o catalisador de políticas comunitárias e em cada estado membro, no sentido de obviar situações particulares e gritantes de discriminação de pessoas de etnia cigana, em toda a Europa. A consciencialização progressiva da complexidade da causa deixa-nos a certeza de que qualquer intervenção que almeje resultados não se pode alhear de quatro princípios fundamentais: **respeito mútuo** entre comunidade maioritária e minoritária, sem aculturação; **dever de iniciativa** por parte da comunidade maioritária; **corresponsabilização** da administração central e local; **envolvimento** de Organizações Não Governamentais (ONG's), Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS's), escolas e outros organismos oficiais públicos e privados, bem como participação das comunidades cigana e não cigana.

O respeito por aqueles princípios tem como exigência estrutural o conhecimento mútuo profundo e rigoroso, nas suas duas aceções (intra e interconhecimento), liderado pela comunidade não cigana, claramente dominante. Sabemos, porém, que a discrepância existente nos níveis de conhecimento é claramente desfavorável à comunidade cigana. Neste contexto, destaca-se o papel crucial da investigação e dos investigadores, que se depara com obstáculos de natureza metodológica assentes nas dificuldades de definição de população, amostra e indicadores comparáveis (Messing, 2014). A procura de soluções e formas de obviar limitações é o desafio urgente. Alguns caminhos para melhorar a qualidade das amostras no domínio da representatividade e apoiar eventuais inferências foram apontados. Os desafios decorrentes não podem escamotear as especificidades regionais e locais que caracterizam a população cigana, a ponto de ser preferível a designação plural de comunidades ciganas. Por outro lado, importa esclarecer que falamos da parte excluída da comunidade, uma vez que a restante se integra nas preocupações sociais e políticas globais. No entanto, o estudo científico deve adotar uma posição imparcial quanto ao aprofundamento do conhecimento da população. Aliás, estamos certos da importância que a parte excluída assume, mas igualmente convictos do contributo decisivo da compreensão dos processos inclusivos na parte minoritária.

A complexidade do fenómeno exige estruturas de apoio que possam, simultaneamente, impulsionar e monitorizar a própria investigação e intervenção. Destacam-se aqui os

Observatórios como entidades com obrigações desta natureza. A recente criação em Portugal do Observatório das Comunidades Ciganas (ObCig) é encarada como um avanço nesta caminhada. Estamos no *dead line* para o término da *Decade* e o fim do Quadro Europeu aproxima-se a passos largos; será interessante perceber se a segunda metade trouxe contributos compensadores com melhoria dos dados sobre o nível de vida e as condições das comunidades ciganas na Europa e, particularmente, em Portugal. A investigação e os investigadores assumem protagonismo, mas simultaneamente a obrigação e responsabilidade de encontrar caminhos facilitadores das metas estabelecidas, ainda longe de serem alcançadas.

Referências bibliográficas

- ACIDI. (2013). *Estratégia Nacional Para a Integração das Comunidades Ciganas*. Lisboa: ACIDI, IP.
- COM(2011) 173 final O.J. L 76/68, 22.3.2011 - An EU Framework for National Roma Integration Strategies up to 2020.
- Comissão-Europeia. (2009). *Pilot project "Pan-European Coordination of Roma Integration Methods" - Roma inclusion*.
- Csepeli, G., & Simon, D. (2004). Construction of Roma identity in Eastern and Central Europe: Perception and self-identification. *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 30(1), 129-150. doi: Doi 10.1080/1369183032000170204
- Dryver, A. L., Netharn, U., & Smith, D. R. (2012). Partial systematic adaptive cluster sampling. *Environmetrics*(23), 306-316.
- EC. (2014). Report on the implementation of the EU framework for National Roma Integration Strategies. Belgium: European Commission - Directorate-General for Justice.
- FRA. (2009). European Union Minorities and Discrimination Survey: The Roma.
- FRA, & UNDP. (2012). *The situation of Roma in 11 EU Member States. Survey results at a glance*. Retrieved from <http://fra.europa.eu/en/publication/2012/situation-roma-11-eu-member-states-survey-results-glance>.
- Greenfields, M., & Smith, D. M. (2010). Housed Gypsy Travellers, Social Segregation and the Reconstruction of Communities. *Housing Studies*, 25(3), 397-412. doi: Doi 10.1080/02673031003711022
- ISC. (2005). *Decade of inclusion 2005-2015 terms of reference*. Bucharest: Decade of Roma Inclusion 2005-2015.
- Ivanov, A. (2012). Quantifying the unquantifiable: Defining Roma population in quantitative surveys. *Nasselenie Review*(3-4), 79-95.
- Kertesi, G., & Keizdi, G. (1998). *The Gypsy Population in Hungary. Documentation and Statistics in Hungarian*. Buda-pest: Socio-typo.
- Kolarcik, P., Geckova, A. M., Reijneveld, S. A., & van Dijk, J. P. (2012). Social support, hopelessness and life satisfaction among Roma and non-Roma adolescents in Slovakia. *International Journal of Public Health*, 57(6), 905-913. doi: DOI 10.1007/s00038-012-0413-6
- Krizsan, A. (2012). Group self-determination, individual rights, or social inclusion? Competing frames for ethnic counting in Hungary. *Ethnic and Racial Studies*, 35(8), 1392-1408. doi: Doi 10.1080/01419870.2011.607501

- Kuhlbrandt, C., Footman, K., Rechel, B., & Mckee, M. (2014). An examination of Roma health insurance status in Central and Eastern Europe. *European Journal of Public Health*, 24(5), 707-712. doi: DOI 10.1093/eurpub/cku004
- Magano, O. (2010). *"Tracejar vidas normais". Estudo qualitativo sobre a integração social de indivíduos de origem cigana na sociedade portuguesa.* (Doutoramento), Universidade Aberta, Lisboa.
- Marques, J. F. (2013). O racismo contra as coletividades ciganas em Portugal: Sequelas de uma modernização. In M. Mendes & O. Magano (Eds.), *Ciganos portugueses: Olhares plurais e novos desafios numa sociedade em transição* (pp. 111-121). Lisboa: Mundos Sociais.
- McGarry, A. (2014). Roma as a political identity: Exploring representations of Roma in Europe. *Ethnicities*, 14(6), 756-774. doi: Doi 10.1177/1468796814542182
- McGarry, A., & Tremlett, A. (2013). *Challenges facing researchers on Roma minorities in contemporary Europe: Notes towards a research program.* European Center for Minority Issues.
- Mendes, M. (2007). *Representações face à discriminação. Ciganos e imigrantes russos e ucranianos na Área Metropolitana de Lisboa.* (Doutoramento), Instituto de Ciências Sociais, Lisboa.
- Mendes, M., Magano, O., & Candeias, P. (2014). *Estudo nacional sobre as comunidades ciganas.* Lisboa: Alto Comissariado para as Migrações.
- Messing, V. (2014). Methodological puzzles of surveying Roma/Gypsy populations. *Ethnicities*, 14(6), 811-829. doi: Doi 10.1177/1468796814542180
- OSI, O. S. I. (2010). *No data – no progress: Data collection in countries.* New York: Open Society Foundation.
- Preoteasa, A. M. (2013). Roma Women and Precarious Work: Evidence from Romania, Bulgaria, Italy and Spain. *Revista De Cercetare Si Interventie Sociala*, 43, 155-168.
- Rughinis, C. (2010). The forest behind the bar charts: Bridging quantitative and qualitative research on Roma/Tigani in contemporary Romania. *Patterns Prejudice*, 44(4), 337-367. doi: 10.1080/0031322X.2010.510716
- Simon, P. (2007). *"Ethnic" statistics and data protection in the Council of Europe countries.* Strasbourg.
- Sousa, C. J. (2010). *Relações interétnicas, dinâmicas sociais e estratégias identitárias de uma família cigana portuguesa – 1827 – 1957.* (Doutoramento), Universidade Aberta, Lisboa.
- Teira, R., Suarez-Lozano, I., Lozano, F., Viciano, P., Domingo, P., Galindo, P., . . . Santamaria, J. M. (2010). Characteristics and outcome of HIV infection in gypsies in the Spanish VACH cohort. *Enfermedades Infecciosas Y Microbiologia Clinica*, 28(5), 266-272.
- Thompson, S. (1997). Adaptive sampling in behavioral surveys. In L. Harrison & A. Hughes (Eds.), *The Validity of Self-Reported Drug Use: Improving the Accuracy of Survey Estimates* (pp. 296-319). Rockville, MD: National Institute of Drug Abuse.
- Thompson, S. (2002). *Sampling: Second Edition* New York: JohnWiley & Sons, Inc.
- Tremlett, A. (2014). Making a difference without creating a difference: Super-diversity as a. *Ethnicities*, 14(6), 830-848.
- Vertovec, S. (2007). Super-diversity and its implications *Ethnic and Racial Studies*, 29(6), 1024-1054.